



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012851-49.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Anderson de Sena Selvagio**
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda.**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Anderson de Sena Selvagio propôs ação de rescisão contratual c/c restituição de parcelas pagas em face de **Agraben Adiministradora de Consórcio Ltda.** Alegou ter firmado contrato de adesão ao consórcio de uma motocicleta Honda/CBX 250 Twister, no preço de R\$9.784,00, com a requerida. Entretanto, o requerente pediu o desligamento do presente contrato com o pedido de restituição das 26 parcelas já pagas, totalizando R\$ 8.855,72, o que foi negado pela requerida. Pede a restituição dos valores pagos, bem como a gratuidade processual.

Acostados à inicial, vieram os documentos de fls. 07/47.

Concedida a gratuidade processual (fl. 48).

Devidamente citada (fl. 52), a requerida apresentou resposta em forma de contestação (fls. 53/63). Aduziu estar em regime de Liquidação Extrajudicial desde 05/02/2.016. Dessa forma, se justifica ao negar a restituição dos valores já pagos.

Réplica às fls. 72/74.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O julgamento está autorizado por já estarem presentes todos os elementos necessários ao pleno conhecimento da lide.

Fica indeferida a gratuidade à Agraben. Só o fato de estar em liquidação extrajudicial não implica na necessidade, devendo haver demonstração concreta, o que não existiu. Ainda, não estão presentes as hipóteses legais de diferimento, sendo o que basta. **Anote-se.**

Não há dúvidas de que houve relação contratual entre o autor e a ré Agraben, administradora de um grupo de consórcio adquirido pelo requerente.

Em relação ao mérito, realmente a requerida Agraben se encontra em liquidação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

extrajudicial por determinação do Bacen, datada de 05 de fevereiro de 2016, mas tal condição não impede a sequência deste feito, para que, se o caso, se constitua um título judicial para futura e eventual habilitação pelas vias ordinárias e próprias.

O autor contratou e efetuou pagamentos pela cota de consórcio adquirida mas, em virtude da liquidação da Agraben, não ocorrerá a entrega do objeto pretendido, o que leva à necessidade de devolução dos valores pagos.

Ela deverá ocorrer de forma integral visto não ter o autor participado, de forma alguma, na ocorrência posterior que impediu a continuidade da contratação, motivo pelo qual nenhum prejuízo se pode vislumbrar. Assim, não tendo qualquer repercussão o contrato, despesas como taxa de administração, fundo comum do grupo, ou outras, não devem prosperar, sendo todos os valores devolvidos.

Não se podem conceber, porém, os juros de mora, e isso por conta da regra prevista no artigo 18, *d*, da Lei nº 6.024/74, *verbis*:

"Art . 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:

(...)

d) não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo."

Ante o exposto, julgo procedente a ação para declarar a rescisão do contrato de consórcio firmado com o autor, tornando inexigíveis quaisquer débitos a ele relacionados, ficando condenada a ré, ainda, a devolver ao requerente todas as quantias que pagou, acrescidas de correção monetária a partir do desembolso de cada montante.

Com o trânsito em julgado da presente decisão, o autor deverá proceder à habilitação de seu crédito em via própria.

Dada a sucumbência, a Agraben pagará as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Anote-se o indeferimento da gratuidade à Agraben.

PIC

São Carlos, 08 de maio de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**